



Comissão Especial de Licitação <celsupelro@gmail.com>

Referência: Pregão Eletrônico n. 665/2022/CEL/SUPEL/RO. Processo administrativo nº 0069.068557/2022-77

1 mensagem

Ian Barros <ianbarros@vmadvocacia.net>
Para: celsupelro@gmail.com
Cc: Licitações <licitacoes@vmadvocacia.net>

26 de outubro de 2022 17:43

Prezados,

em anexo, encaminhamos pedido de esclarecimento referente ao PE n. 665/2022.

No mais, ficamos à disposição.

At.te,


OBS: Por gentileza, acusar recebimento do presente email.

--

Obs: Favor acusar recebimento

2 anexos

 **PEDIDO DE ESCLARECIMENTO - PE 665_2022 - SUPEL-Manifesto.pdf**
209K

 **NONA ALTERAÇÃO ARQUIVADA.pdf**
2061K

27/10/2022 08:54

Gmail - Referência: Pregão Eletrônico n. 665/2022/CEL/SUPEL/RO. Processo administrativo nº 0069.068557/2022-77



A ILUSTRÍSSIMA SENHORA PREGOEIRA DA COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO - SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE LICITAÇÕES - ESTADO DE RONDÔNIA.

Referência: Pregão Eletrônico n. 665/2022/CEL/SUPEL/RO

Processo administrativo nº 0069.068557/2022-77

NBS SERVICOS DE COMUNICAÇÕES LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 26.824.572/0001-89, com sede estabelecida à Rua João Dos Santos Filho, nº 123, Bairro Dois de Abril, CEP: 76.900-825, Estado de Rondônia, vem, através de seus advogados subscreventes, respeitosamente, apresentar **PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**, quanto aos aspectos do instrumento convocatório.

I - DA TEMPESTIVIDADE

Nos termos insculpidos no instrumento convocatório, o pedido de esclarecimento deverá ser protocolado até 3 (três) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, consoante preconiza o item 4 do instrumento convocatório.

Dito isto, observa-se sua tempestividade, tendo em vista o cumprimento das disposições retrocitadas.





II - DOS QUESTIONAMENTOS

Sem delongas, com o objetivo de facilitar a análise de vossa senhoria, apresenta-se os quesitos abaixo:

- Em conformidade com os itens do Padrão de desempenho, que apontam a Conexão Direta a 02 AS Nacionais e 01 AS internacional, entendemos que a solicitação de ligação à 02 PTT's também deve ser uma conexão direta, que não pode ser contratada de terceiros. Está correto nosso entendimento?
- O Edital em seu item 25.1 veda a subcontratação do objeto, contudo, o Termo de Referência no item 30.1 elenca as hipóteses de trabalhos cabíveis de subcontratação. Desta feita, indaga-se: qual a disposição a ser observada pelas licitantes?

Sendo o que temos a questionar no momento, agradecemos antecipadamente a atenção dispensada.

Atenciosamente,

Porto Velho/RO, 26 de outubro de 2022.

NBS SERVICOS DE COMUNICAÇÕES LTDA

CNPJ/MF nº 26.824.572/0001-89



PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/ED02-0E53-C1B6-36F9> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: ED02-0E53-C1B6-36F9



Hash do Documento

1BF187EB8E3E66914FE6F4177D3EA77FE4C598AC0E1B201B57B19678D69E9F61

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 26/10/2022 é(são) :

☒ MARCELLO RAIMUNDO DA SILVA (Signatário) - 221.033.412-87
em 26/10/2022 18:12 UTC-03:00

Tipo: Certificado Digital - NBS SERVICOS DE COMUNICACOES
LTDA - 26.824.572/0001-89



NONA ALTERAÇÃO CONTRATUAL CONSOLIDADA DA EMPRESA
NBS SERVIÇOS DE COMUNICAÇÕES LTDA
CNPJ nº. 26.824.572/0001-89

MARCELLO RAIMUNDO DA SILVA, brasileiro, empresário, casado sob o regime de separação de bens, natural de Simões/PI, nascido em 10/05/1966, portador da Cédula de Identidade nº 251189 SSP/RO e inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF nº 221.033.412-87, residente e domiciliado na Rua Divino Taquari, nº 2767, São Francisco, Ji-Paraná/RO, CEP 76.908-203; **BRD DIGITAL PARTICIPACOES LTDA**, CNPJ 35.444.812/0001-00, estabelecida à Rua Jardins, nº 114, Casa 104 - Cond. Residencial Alfazema, Bairro Novo, no Município de Porto Velho, Estado de Rondônia, CEP: 76817-001 tendo como sócia representante a senhora MIRIAN BELEZA MATIAS, brasileira, nascida em 14/09/1983, casada sob o regime de comunhão parcial de bens, empresária, portadora da Cédula de Identidade RG nº 1250795 SESDEC/RO, inscrita no CPF/MF sob o nº 805.299.332-68, residente e domiciliada na Rua Dom Pedro II, nº 2669, Bairro São Cristóvão, no Município de Porto Velho, Estado de Rondônia, CEP: 76804-027; **EDSON MARCELINO SILVA**, brasileiro, empresário, solteiro, natural de Colorado do Oeste/RO, nascido em 20/08/1978, portador da Cédula de Identidade nº 702735 SSP/RO e inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF nº 649.055.942-00, residente e domiciliado na Rua Duque de Caxias, nº 4151, Cidade Alta, São Francisco do Guaporé/RO, CEP 76.935-000; **LEONIDAS MARCELINO DA SILVA**, brasileiro, empresário, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, natural de Colorado do Oeste/RO, nascido em 13/04/1983, portador da Cédula de Identidade nº 1082331 SESDC/RO e inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF nº 716.497.002-53, residente e domiciliado na Avenida Flamboyant, nº 272, Centro, Seringueiras/RO, CEP 76.934-000; **NELSON GUERRA DA SILVA**, brasileiro, empresário, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, natural de Colorado do Oeste/RO, nascido em 16/11/1986, portador da Carteira Nacional de Habilitação – CNH nº 03772854701 DETRAN/RO e inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF nº 965.828.122-20, residente e domiciliado na Avenida Flamboyant, S/N, Centro, Seringueiras/RO, CEP 76.934-000; **ALESSANDRO PIOVEZAN ARAGON**, brasileiro, empresário, casado sob regime de comunhão parcial de bens, natural de Ouro Preto d' Oeste/RO, nascido em 22/04/1976, portador da Cédula de Identidade – RG nº 471324 SESP/RO e inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF nº 421.863.902-72, residente e domiciliado na Avenida João Batista Figueiredo, nº 3356, Centro, Machadinho D'Oeste/RO, CEP 76.868-000; **JEAN CARLOS JOSE DUARTE**,

brasileiro, empresário, casado sob regime de comunhão parcial de bens, natural de Belo Horizonte/MG, nascido em 10/07/1974, portador da Cédula de Identidade – RG nº 484164 SSP/RO e inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF nº 421.867.142-72, residente e domiciliado na Rua Prudente de Moraes, nº 3283, Centro, Machadinho D'Oeste/RO, CEP 76.868-000; **SONIA SADEMA SILVEIRA**, brasileira, comerciante, solteira, natural de Nova Olímpia/PR, nascida em 18/03/1967, portadora da Cédula de Identidade – RG nº 40484434 SSP/PR e inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF nº 625.983.339-34, residente e domiciliada na Rua Ana Nery, nº 528, Jardim Tropical, Ouro Preto do Oeste/RO, CEP 76.920-000; **MARLON SAMUEL GONÇALVES**, brasileiro, comerciante, casado sob regime de comunhão parcial de bens, natural de em Ouro Preto do Oeste/RO, nascido em 11/08/1986, portador da Cédula de Identidade – RG nº 000886486 SESDC/RO e inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF nº 842.139.812-15, residente e domiciliado na Rua Campos Sales, nº 182, Jardim Aeroporto, Ouro Preto do Oeste/RO, CEP 76.920-000; **AMS PARTICIPAÇÕES LTDA**, empresa de direito privado devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 44.582.858/0001-87, com sede na Avenida Presidente Kennedy nº 28, segundo piso, Sala 03, Bairro Pioneiros, CEP: 76.970-000, no Município de Pimenta Bueno, Estado de Rondônia, tendo como sócios representante **ADEMIR MENDES SANTIAGO**, brasileiro, empresário, casado sob regime de comunhão parcial de bens, natural de Jataí/GO, nascido em 26/08/1977, portador da Cédula de Identidade – RG nº 542997 SSP/RO e inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF nº 571.995.742-15, residente e domiciliado na Avenida Costa e Silva, nº 567, Alvorada, Pimenta Bueno/RO, CEP 76.970-000; **JOSENILTON LOPES DE ARRUDA**, brasileiro, empresário, casado sob regime de comunhão parcial de bens, natural de Engenheiro Caldas/ MG, nascido em 27/03/1970, portador da Cédula de Identidade – RG nº 3567029-9108823 SESP/GO e inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF nº 271.898.302-78, residente e domiciliado na Avenida Novo Estado, nº 1542, Centro, Presidente Médici/RO, CEP 76.916-000; **SIRLENE FERNANDES CANGUSSU ARRUDA**, brasileira, professora, casada sob regime de comunhão parcial de bens, natural de Galheiro/MG, nascida em 20/02/1976, portadora da cédula de RG nº 559269 SSP/RO e inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF nº 595.642.292-00, residente e domiciliada na Avenida Novo Estado, nº 1542, Centro, Presidente Médici/RO, CEP 76.916-000; **SERGIO CRESCENCIO DE BARROS**, brasileiro, téc. em informática, casado sob regime de comunhão parcial e bens, natural de Rolim de Moura/RO, nascido em 17/02/1986, portador da Cédula de Identidade nº 942647 SESDEC/RO e inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF nº 847.802.822-68, residente e domiciliado na Travessa Reliquia, nº 4636, Olímpico, Rolim de Moura/RO, CEP 76.940-000; **RODNEI PERES DE OLIVEIRA**, brasileiro, gerente comercial, casado sob regime de comunhão parcial de bens, natural de Medianeira/PR, nascido em 02/12/1980, portador da Cédula de Identidade nº 623975 SESDEC/RO e inscrito no

Cadastro de Pessoas Físicas – CPF nº 663.919.622-00, residente e domiciliado na Avenida Rio Branco, nº 4134, Centro, Rolim de Moura/RO, CEP 76.940-000; **ATILA SANGE JUNIOR**, brasileiro, empresário, solteiro, natural de Toledo/PR, nascido em 15/10/1983, portador da Cédula de Identidade – RG nº 689640 SSP/RO e inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF nº 774.190.492-20, residente e domiciliado Avenida Governador Jorge Teixeira, nº 1731, Centro, Nova Brasilândia D'Oeste/RO, CEP 76.958-000; **WESLEY MAGALHÃES DE OLIVEIRA**, brasileiro, empresário, solteiro, natural de Pimenta Bueno/RO, nascido em 31/10/1987, portador Cédula de Identidade – RG nº 000918306 SEDDC/RO e inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF nº 878.364.162-91, residente e domiciliado Rua Dr Miguel Vieira Ferreira, nº 803, Boa Esperança, São Felipe D'Oeste/RO, CEP 76.977-000; **FABIANO JEAN SILVA**, brasileiro, empresário, divorciado, natural de Inhapim/MG, nascido em 01/07/1981, portador da Cédula de Identidade – RG nº 663484 SSP/RO e inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF nº 646.117.102-97, residente e domiciliado na Avenida 5 De Setembro, nº 4455, Centro, Alvorada D'Oeste/RO, CEP 76.930-000; **HUGO SILVA GALVES**, brasileiro, empresário, casado sob regime de comunhão parcial de bens, natural de Ilha Solteira/SP, nascido em 22/12/1970, portador da Cédula de Identidade – RG nº 000476477 SESP/RO e inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF nº 326.711.052-15, residente e domiciliado na Rua Bom Jesus, nº 2139, Morada do Sol, Espigão D'Oeste/RO, CEP 76.974-000; **FABIANO ROBERTO CORREA DE FREITAS**, brasileiro, empresário, casado sob regime de comunhão parcial de bens, natural de Andradina/SP, nascido em 26/01/1976, portador da Cédula de Identidade – RG nº 424176 SESP/RO e inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF nº 390.245.552-72, residente e domiciliado na Rua Pará, nº 2552, Centro, Espigão D'Oeste/RO, CEP 76.974-000; **ADEILDO FERREIRA DA SILVA**, brasileiro, empresário, casado sob regime de comunhão parcial de bens, natural de Cacoal/ RO, nascido em 15/12/1976, portador da Carteira Nacional de Habilitação – CNH nº 02742040239 emitida em 14 de Janeiro de 2013 pelo Detran/RO e inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF nº 604.978.232-68, residente e domiciliado Avenida Belo Horizonte, nº 3771, Novo Cacoal, Cacoal/RO, CEP 76.962-247.

Únicos sócios componentes da Sociedade Empresária Limitada que gira sob o nome empresarial **NBS SERVIÇOS DE COMUNICAÇÕES LTDA**, com sede na Rua João dos Santos Filho, nº 123, Bairro Dois de Abril, Ji-Paraná/RO, CEP 76.900-825, com o Contrato Social primitivo devidamente arquivado na Junta Comercial do Estado de Rondônia (JUCER) sob o nº. **11200680071** em **09/01/2017**, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (**CNPJ**) sob o nº. **26.824.572/0001-89**, seu contrato primitivo, mediante as cláusulas e condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DA ADMINISTRAÇÃO

A administração da sociedade ficará a cargo do sócio, **MARCELLO RAIMUNDO DA SILVA** que fica investido dos mais amplos e ilimitados poderes para a prática de todos os atos sociais podendo representar a sociedade em quaisquer Repartições Públicas, Federais, Estaduais, Municipais, Autarquias, Junta Comercial do Estado de Rondônia e as demais Juntas do País, Estabelecimento Bancário do País, em juízo ou fora dele, comercial ou judicialmente, sempre em nome da sociedade e no interesse da mesma.

PARÁGRAFO ÚNICO: O sócio administrador declara, sob as penas da lei, de que não está impedido de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa de concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade; conforme Artigo 1.011 da Lei nº. 10.406/2002 do Código Civil Brasileiro.

CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL

CAPÍTULO I

DA DENOMINAÇÃO, SEDE, OBJETO E DURAÇÃO

CLÁUSULA PRIMEIRA: A sociedade gira sob o nome empresarial de **NBS SERVIÇOS DE COMUNICAÇÕES LTDA.**

CLÁUSULA SEGUNDA: A sociedade tem sua sede na Rua João dos Santos Filho, nº 123, Bairro Dois de Abril, Ji-Paraná/RO, CEP 76.900-825.

Parágrafo Primeiro: Filial 01- Avenida Presidente Dutra nº 3920, 1º Piso, Bairro Olaria, CEP: 76.801-296, na cidade de Porto Velho Estado de Rondônia, sem destaque de capital social sendo escritório apoio administrativo.

Parágrafo Segundo: filial 02 com sede a Avenida Ceara nº 2191, Bairro Dom Giocondo, na cidade de Rio Branco Estado do Acre, CEP: 69900-300, sem destaque de capital social e exercerá as mesmas atividades da matriz

CLÁUSULA TERCEIRA: A sociedade tem por objetivos a exploração do ramo de atividades de: **61.10-8-03** - Serviços de comunicação multimídia - SCM; **47.44-0-01** - Comércio varejista de ferragens e ferramentas; **47.42-3-00** - Comércio varejista de material elétrico; **61.10-8-02** - Serviços de redes de transporte de telecomunicações - SRTT; **47.51-2-01** - Comércio varejista especializado de equipamentos e suprimentos de informática; **47.52-1-00** - Comércio varejista especializado de equipamentos de telefonia e comunicação; **47.89-0-07** - Comércio varejista de equipamentos para escritório; **70.20-4-00** - Atividades de consultoria em gestão empresarial, exceto consultoria técnica específica; **61.10-8-01** - Serviços de telefonia fixa comutada - STFC; **42.21-9-04** - Construção de estações e redes de telecomunicações; **61.90-6-01** - Provedores de acesso às redes de comunicações; **42.21-9-05** - Manutenção de estações e redes de telecomunicações; **61.41-8-00** - Operadoras de televisão por assinatura por cabo; **63.11-9-00** - Tratamento de dados, provedores de serviços de aplicação e serviços de hospedagem na internet; **63.19-4-00** - Portais, provedores de conteúdo e outros serviços de informação na internet; ficando o objeto social expresso da seguinte forma: “Serviços de comunicação multimídia - SCM; Comércio varejista de ferragens e ferramentas; Comércio varejista de material elétrico; Serviços de redes de transporte de telecomunicações - SRTT; Comércio varejista especializado de equipamentos e suprimentos de informática; Comércio varejista especializado de equipamentos de telefonia e comunicação; Comércio varejista de equipamentos para escritório; Atividades de consultoria em gestão empresarial, exceto consultoria técnica específica; Serviços de telefonia fixa comutada - STFC; Construção de estações e redes de telecomunicações; Provedores de acesso às redes de comunicações; Manutenção de estações e redes de telecomunicações; Operadoras de televisão por assinatura por cabo; Tratamento de dados, provedores de serviços de aplicação e serviços de hospedagem na internet; Portais, provedores de conteúdo e outros serviços de informação na internet.”

CLÁUSULA QUARTA: O prazo de duração da sociedade é indeterminado, com início das atividades em 30 de novembro de 2016.

CAPÍTULO II DO CAPITAL SOCIAL E DAS QUOTAS

A sociedade tem como capital social a importância de R\$12.383.852,00 (doze milhões, trezentos e oitenta e três mil, oitocentos e cinquenta e dois reais) dividido em R\$12.383.852,00 (doze milhões, trezentos e oitenta e três mil, oitocentos e cinquenta e duas cotas no valor unitário de R\$ 1,00 (um real) totalmente integralizados em moeda corrente do País. O capital social fica distribuído entre os sócios na seguinte proporção:

- a) ALESSANDRO PIOVEZAN ARAGON com R\$476.302,00 (Quatrocentos e setenta e seis mil e trezentos e dois reais), totalizando 476.302 (Quatrocentos e setenta e seis mil e trezentos e duas cotas) totalmente integralizadas.
- b) JEAN CARLOS JOSE DUARTE com R\$476.302,00 (Quatrocentos e setenta e seis mil e trezentos e dois reais), totalizando 476.302 (Quatrocentos e setenta e seis mil e trezentos e duas cotas) totalmente integralizadas.
- c) SONIA SADEMA SILVEIRA com R\$638.240,00 (Seiscentos e trinta e oito mil e duzentos e quarenta reais), totalizando 638.240 (Seiscentos e trinta e oito mil e duzentos e quarenta cotas) totalmente integralizadas.
- d) MARLON SAMUEL GONÇALVES com R\$314.364,00 (Trezentos e quatorze mil e trezentos e sessenta e quatro reais), totalizando 314.364 (Trezentos e quatorze mil e trezentos e sessenta e quatro cotas) totalmente integralizadas.
- e) AMS PARTICIPAÇÕES LTDA com R\$952.604,00 (Novecentos e cinquenta e dois mil e seiscentos e quatro reais), totalizando 952.604 (Novecentos e cinquenta e dois mil e seiscentos e quatro cotas) totalmente integralizadas.
- f) JOSENILTON LOPES DE ARRUDA com R\$476.302,00 (Quatrocentos e setenta e seis mil e trezentos e dois reais), totalizando 476.302 (Quatrocentos e setenta e seis mil e trezentos e duas cotas) totalmente integralizadas.
- g) SIRLENE FERNANDES CANGUSSU ARRUDA com R\$476.302,00 (Quatrocentos e setenta e seis mil e trezentos e dois reais), totalizando 476.302 (Quatrocentos e setenta e seis mil e trezentos e duas cotas) totalmente integralizadas.
- h) SERGIO CRESCENCIO DE BARROS com R\$476.302,00 (Quatrocentos e setenta e seis mil e trezentos e dois reais), totalizando 476.302 (Quatrocentos e setenta e seis mil e trezentos e duas cotas) totalmente integralizadas.
- i) RODNEI PERES DE OLIVEIRA com R\$476.302,00 (Quatrocentos e setenta e seis mil e trezentos e dois reais), totalizando 476.302 (Quatrocentos e setenta e seis mil e trezentos e duas cotas) totalmente integralizadas.

- j) ATILA SANGE JUNIOR com R\$952.604,00 (Novecentos e cinquenta e dois mil e seiscentos e quatro reais), totalizando 952.604 (Novecentos e cinquenta e dois mil e seiscentos e quatro cotas) totalmente integralizadas.
- k) MARCELLO RAIMUNDO DA SILVA com R\$952.604,00 (Novecentos e cinquenta e dois mil e seiscentos e quatro reais), totalizando 952.604 (Novecentos e cinquenta e dois mil e seiscentos e quatro cotas) totalmente integralizadas.
- l) WESLEY MAGALHÃES DE OLIVEIRA com R\$952.604,00 (Novecentos e cinquenta e dois mil e seiscentos e quatro reais), totalizando 952.604 (Novecentos e cinquenta e dois mil e seiscentos e quatro cotas) totalmente integralizadas.
- m) FABIANO JEAN SILVA com R\$952.604,00 (Novecentos e cinquenta e dois mil e seiscentos e quatro reais), totalizando 952.604 (Novecentos e cinquenta e dois mil e seiscentos e quatro cotas) totalmente integralizadas.
- n) BRD DIGITAL PARTICIPACOES LTDA com R\$952.604,00 (Novecentos e cinquenta e dois mil e seiscentos e quatro reais), totalizando 952.604 (Novecentos e cinquenta e dois mil e seiscentos e quatro cotas) totalmente integralizadas.
- o) HUGO SILVA GALVES com R\$571.565,00 (Quinhentos e setenta e um mil e quinhentos e sessenta e cinco reais), totalizando 571.565 (Quinhentos e setenta e um mil e quinhentos e sessenta e cinco cotas) totalmente integralizadas.
- p) FABIANO ROBERTO CORREA DE FREITAS com R\$381.039,00 (Trezentos e oitenta e um mil e trinta e nove reais), totalizando 381.039 (Trezentos e oitenta e um mil e trinta e nove cotas) totalmente integralizadas.
- q) ADEILDO FERREIRA DA SILVA com R\$952.604,00 (Novecentos e cinquenta e dois mil e seiscentos e quatro reais), totalizando 952.604 (Novecentos e cinquenta e dois mil e seiscentos e quatro cotas) totalmente integralizadas.

- r) EDSON MARCELINO SILVA com R\$476.302,00 (Quatrocentos e setenta e seis mil e trezentos e dois reais), totalizando 476.302 (Quatrocentos e setenta e seis mil e trezentos e duas cotas) totalmente integralizadas.
- s) LEONIDAS MARCELINO DA SILVA com R\$238.151,00 (Duzentos e trinta e oito mil e cento e cinquenta e um real), totalizando 238.151 (Duzentos e trinta e oito mil e cento e cinquenta e uma cota) totalmente integralizadas.
- t) NELSON GUERRA DA SILVA com R\$238.151,00 (Duzentos e trinta e oito mil e cento e cinquenta e um real), totalizando 238.151 (Duzentos e trinta e oito mil e cento e cinquenta e uma cota) totalmente integralizadas.

SÓCIOS	Qt. quotas	Vlr uni t.	Total (R\$)	(%)
ALESSANDRO PIOVEZAN ARAGON	476.302	1	476.302,00	3,8462
JEAN CARLOS JOSE DUARTE	476.302	1	476.302,00	3,8462
SONIA SADEMA SILVEIRA	638.240	1	638.240,00	5,1538
MARLON SAMUEL GONÇALVES	314.364	1	314.364,00	2,5385
AMS PARTICIPAÇÕES LTDA	952.604	1	952.604,00	7,6923
JOSENILTON LOPES DE ARRUDA	476.302	1	476.302,00	3,8462
SIRLENE FERNANDES CANGUSSU ARRUDA	476.302	1	476.302,00	3,8462
SERGIO CRESCENCIO DE BARROS	476.302	1	476.302,00	3,8462
RODNEI PERES DE OLIVEIRA	476.302	1	476.302,00	3,8462
ATILA SANGE JUNIOR	952.604	1	952.604,00	7,6923
MARCELLO RAIMUNDO DA SILVA	952.604	1	952.604,00	7,6923
WESLEY MAGALHÃES DE OLIVEIRA	952.604	1	952.604,00	7,6923
FABIANO JEAN SILVA	952.604	1	952.604,00	7,6923
BRD DIGITAL PARTICIPACOES LTDA	952.604	1	952.604,00	7,6923
HUGO SILVA GALVES	571.565	1	571.565,00	4,6154
FABIANO ROBERTO CORREA DE FREITAS	381.039	1	381.039,00	3,0769
ADEILDO FERREIRA DA SILVA	952.604	1	952.604,00	7,6923
EDSON MARCELINO SILVA	476.302	1	476.302,00	3,8462
LEONIDAS MARCELINO DA SILVA	238.151	1	238.151,00	1,9231

NELSON GUERRA DA SILVA	238.151	1	238.151,00	1,9231
TOTALIZANDO	12.383.852	1	12.383.852,00	100,00

CAPÍTULO III

DA NEGOCIAÇÃO DAS PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS

CLÁUSULA SEXTA: As quotas da sociedade são indivisíveis e o sócio que desejar negociá-las, deverá oferecê-las, por escrito, discriminando o preço e condições de pagamento, aos demais sócios a quem se garante o direito de preferência.

Parágrafo Primeiro: O sócio que não se interessar pela compra, deverá comunicar esta desistência, por escrito, aos demais sócios.

Parágrafo Segundo: As quotas só poderão ser oferecidas a estranhos ao quadro social, em iguais condições à dos sócios, depois de decorrido o prazo de 30 (trinta) dias da comunicação, sem que nenhum dos sócios demonstre interesse pelas mesmas.

Parágrafo Terceiro: Não concretizada a aquisição pelos sócios remanescentes as quotas estarão liberadas para cessão a terceiros pelo sócio retirante, não podendo os preços e condições mínimas, serem inferiores aos que foram ofertados aos sócios remanescentes.

Parágrafo Quarto: O estranho somente poderá ingressar na sociedade como sócio, se tiver a aprovação de $\frac{3}{4}$ (três quartos) dos sócios, procedendo-se então à alteração contratual com a assinatura de todos.

Parágrafo Quinto: Na hipótese de $\frac{3}{4}$ (três quartos) dos sócios rejeitar a entrada de estranho na sociedade, a sociedade fica obrigada a adquirir as cotas do sócio ofertante pelo valor e forma de pagamento prevista na cláusula décima quarta.

Parágrafo Sexto: As quotas de todos os sócios são gravadas com cláusula de impenhorabilidade, exceto na insuficiência de outros bens e com cláusula de incomunicabilidade.

Parágrafo Sétimo: A admissão de novos sócios ou de investidores na sociedade dependerá do consentimento de $\frac{3}{4}$ (três quartos) de todos os sócios.

CLÁUSULA SÉTIMA: A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social. (art. 1.052, CC/2002).

CAPÍTULO IV

DA ADMINISTRAÇÃO DA SOCIEDADE

CLÁUSULA OITAVA: A administração da sociedade fica a cargo do sócio, **MARCELLO RAIMUNDO DA SILVA** que fica investido dos mais amplos e ilimitados poderes para a prática de todos os atos sociais podendo representar a sociedade em quaisquer Repartições Públicas, Federais, Estaduais, Municipais, Autarquias, Junta Comercial do Estado de Rondônia e as demais Juntas do País, Estabelecimento Bancário do País, em juízo ou fora dele, comercial ou judicialmente, sempre em nome da sociedade e no interesse da mesma.

Parágrafo Primeiro: O administrador nomeado assinará individualmente nos atos normais de gestão, e em conjunto nos atos que venham a comprometer o patrimônio da empresa, tais como: financiamento bancário, alienação de bens patrimoniais, nomeação de gerentes e procuradores e nos demais atos que impliquem em responsabilidade para a sociedade, podendo ainda, praticar em seu nome, todos os atos necessários ao exercício de sua função, bem como, representá-la, em juízo ou fora dele, ficando, no entanto, impedido de praticar atividades estranhas ao objeto social, vedado também, onerar ou alienar bens imóveis da sociedade, sem autorização expressa da maioria absoluta dos sócios.

Parágrafo Segundo: Dentre outros atos a serem praticados pelo administrador e que dependem de prévia autorização escrita do Conselho de Administração, destacam-se:

- a) Celebrar todo e qualquer ato ou negócio jurídico que envolva a aquisição, compra, venda, doação, permuta, cessão, promessa de cessão ou alienação, a qualquer título, de direitos sobre bens imóveis ou bens do ativo permanente da sociedade, bem como a constituição de quaisquer ônus real ou direitos reais de garantia sobre estes bens (penhor, hipoteca, alienação fiduciária em garantia, etc.);
- b) Celebrar contratos de financiamento ou tomar empréstimos junto a terceiros, em especial instituições financeiras ou administradoras de crédito;
- c) Conceder empréstimos a terceiros, qualquer que seja o valor;
- d) Celebrar quaisquer contratos que exonerem terceiros de obrigações para com a sociedade ou que acarretem obrigações para a sociedade;

e) Realizar investimentos e/ou despesas com que venha a comprometer o patrimônio da sociedade;

f) Efetuar doações, conceder fiança ou aval, bem como qualquer outro ato de natureza gratuita que comprometa ou possa comprometer patrimonialmente a sociedade;

g) Renunciar ou dispor, de qualquer forma, a quaisquer bens ou direitos de que a sociedade seja titular;

h) Requerer a autofalência e/ou a recuperação judicial ou extrajudicial da sociedade, nos termos da lei;

i) Autorizar a participação da sociedade em outras empresas, na qualidade de sócia, acionista ou quotista.

Parágrafo Terceiro: As procurações em nome da sociedade serão outorgadas, em conjunto, pelos administradores, devendo especificar os poderes conferidos e período de validade limitado a no máximo, 01 (um) ano, salvo aquelas para fins judiciais.

Parágrafo Quarto: Excepcionando o que estabelece o parágrafo terceiro da presente cláusula, fica o(s) administrador(es) autorizado a praticar em nome da sociedade, sempre isoladamente, os seguintes atos:

a) Representar a sociedade perante os órgãos públicos e administrativos da União, Estado e Município, em especial a Secretaria da Receita Federal, a Secretaria da Fazenda Estadual, Prefeituras Municipais, o Ministério da Educação, a Junta Comercial do Estado do Rondônia, o Departamento Nacional do Registro do Comércio (DNRC), o Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – Ministério da Fazenda, a Caixa Econômica Federal (CEF), o Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI), podendo requerer, solicitar e retirar certidões, relatórios de pendências, registros e documentos de qualquer natureza, efetuar registros e solicitações, apurar a situação cadastral da sociedade junto aos órgãos supramencionados, apresentar requerimentos, tomar e pleitear quaisquer providências no sentido de regularizar e sanar pendências eventualmente existentes em nome da sociedade;

b) Contratar e demitir empregados;

c) Outorgar procuração com cláusula “ad judícia”;

d) Movimentar contas bancárias e assinar cheques até o limite estabelecido no ato de nomeação e efetuar cadastros perante instituições financeiras.

Parágrafo Quinto: São expressamente vedados, sendo nulos e inoperantes com relação à sociedade, os atos de qualquer dos sócios, procuradores que a envolverem em obrigações relativas a negócios ou operações estranhas ao objeto social, tais como fianças, avais, endossos ou quaisquer outras garantias em favor de terceiros, exceto se autorizados expressamente pela unanimidade dos sócios e aprovado pelo Conselho de Administração.

Parágrafo Sexto: Os atos de administração praticados pelos administradores nomeados, para que sejam válidos e eficazes perante a sociedade, deverão observar estritamente as diretrizes e orientações determinadas pelo Conselho de Administração, deliberações essas que serão tomadas em assembleias e consubstanciadas em atas ou outro documento por eles firmado.

Parágrafo Sétimo: Em caso de ausência do administrador atual, por qualquer motivo ou causa devidamente comprovada, a administração será exercida por sócio nomeado por $\frac{3}{4}$ do quadro societário, pelo prazo não superior a 60 dias, período no qual a sociedade deverá nomear ou eleger um novo administrador.

Parágrafo Oitavo: A assembleia-geral, por aprovação de $\frac{3}{4}$ (três quartos) dos sócios fixará o montante global ou individual da remuneração dos Administradores, do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva inclusive os benefícios de qualquer natureza e verbas de representação, tendo em conta suas responsabilidades, o tempo dedicado às suas funções, sua competência e reputação profissional e o valor dos seus serviços no mercado, respeitando às prescrições legais da legislação do imposto de renda.

Parágrafo Nono: A sociedade poderá, por aprovação de $\frac{3}{4}$ dos sócios, exigir caução ou fiança dos administradores.

CLÁUSULA NONA: O administrador nomeado declara, sob as penas da lei, de que não está impedido de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão,

peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa de concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

CAPÍTULO V DO EXERCÍCIO SOCIAL

CLÁUSULA DÉCIMA: O exercício social coincidirá com o ano civil, devendo a 31 de dezembro de cada ano, ser levantado um Balanço da sociedade, podendo os lucros ou prejuízos de conformidade com o que for apurado, serem distribuídos entre os sócios, proporcionalmente à participação de cada uma na formação do Capital da Sociedade, ou ficarem em reserva na sociedade.

Parágrafo Primeiro: É permitida a distribuição antecipada dos lucros do exercício, com base em levantamento de balanço intermediário, observadas as disponibilidades financeiras da sociedade e a obrigatoriedade de reposição dos lucros quando a distribuição antecipada afetar o Capital Social, de acordo com o artigo 1.059 da Lei nº. 10.406/2002.

Parágrafo Segundo: A sociedade deliberará por unanimidade dos sócios a respeito da distribuição dos resultados desproporcionais aos percentuais de participação do quadro societário, segundo autoriza o artigo 1.007 da Lei nº. 10.406/2002.

Parágrafo Terceiro: A sociedade poderá elaborar balanço patrimonial intermediário no curso do exercício social.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: A sociedade poderá a qualquer tempo, abrir ou fechar filial ou outra dependência, mediante alteração contratual assinada por todos os sócios.

CAPÍTULO VI DA MORTE, AUSÊNCIA DE SÓCIOS, DOS HERDEIROS E SUCESSORES

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: Em caso de morte, inabilitação, retirada, falência ou interdição, que resulte na saída de qualquer sócio, a sociedade continuará suas atividades com os herdeiros, sucessores e o incapaz, não sendo possível ou inexistindo interesse deste ou dos sócios remanescentes, o valor de seus haveres será apurado e liquidado com base na situação patrimonial da sociedade, à data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado.

Parágrafo Primeiro: O Balanço Patrimonial deverá ser levantado em até 30 (trinta) dias da data da resolução, e deverá espelhar os reais valores de seu patrimônio, isto é, dos bens, direitos e obrigações da sociedade, na data do evento, considerando os valores de mercado.

Parágrafo Segundo: Os valores serão pagos ao sócio retirante, interdito, inabilitado ou aos herdeiros legais do sócio falecido, em até 60 parcelas iguais e sucessivas, vencendo-se a primeira 30 (trinta) dias após a elaboração do Balanço Patrimonial, podendo o tempo do parcelamento ser negociado entre as partes, de acordo com a disponibilidade financeira da sociedade, sem prejuízo do disposto no parágrafo terceiro da cláusula décima terceira.

Parágrafo Terceiro: As parcelas serão corrigidas pela variação da SELIC ou outro indexador que vier a substituí-lo, ocorrida entre a data da apuração dos haveres e a data do seu pagamento.

Parágrafo Quarto: O sócio que se retirar continuará vinculado às obrigações da sociedade, solidariamente com o cessionário, por até dois anos após a homologação da alteração contratual, por disposição do Artigo 1.032 do Código Civil Brasileiro de 2002.

Parágrafo Quinto: Se as quotas forem adquiridas pela própria sociedade, deverão ser contabilizadas como “Quotas em Tesouraria”, onde poderão ficar até 180 (cento e oitenta) dias após sua liquidação total. Não sendo onerosamente transferidas aos sócios remanescentes, proceder-se-á à redução do capital social correspondente.

Parágrafo Sexto: Desde logo, os sócios poderão adquirir as quotas disponíveis, devendo depositar a importância na empresa, que realizará os devidos pagamentos, assumindo responsabilidade solidária por seu adimplemento.

Parágrafo Sétimo: O sócio que dissente de deliberações relativas a alterações do contrato social, fusão, incorporação de outra sociedade ou por outra sociedade, nos termos do art. 1.077 do Código Civil, poderá exercer seu direito de retirada em até 30 (trinta) dias, contados da data da reunião que deliberar sobre a questão, mediante envio de Notificação à Sociedade, com aviso de recebimento, sob pena de renúncia tácita ao seu direito de recesso.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: Ocorrendo um dos casos previstos no caput da cláusula décima segunda, o Conselho de Administração em relação ao herdeiro ou sucessor deverá:

I- Convidá-lo a participar das atividades da empresa, em estágio probatório de até 2 (dois) anos.

II- Aceitar a apresentação de proposta de venda somente após 30 (trinta) dias da data da ocorrência.

Parágrafo primeiro: Na hipótese do Conselho de Administração atestar a capacidade técnica do herdeiro ou sucessor, este poderá assumir funções administrativas antes mesmo de decorrido o período de que trata o inciso I desta cláusula.

Parágrafo segundo: Se o herdeiro ou sucessor não apresentar interesse em participar da sociedade, deverá apresentar proposta de venda, a qual deverá seguir o disposto na cláusula sexta.

Parágrafo terceiro: Apurado os haveres dos herdeiros, os pagamentos serão realizados da seguinte forma:

a) As 12 (doze) primeiras parcelas do saldo a pagar correspondentes aos direitos apurados será igual à média dos pagamentos de dividendos e pró-labores efetuados ao sócio nos 12 (doze) meses anteriores à ocorrência do evento;

b) Deduzido do saldo total os pagamentos de que trata a alínea “a” deste parágrafo, o saldo remanescente será pago em até 48 (quarenta e oito) parcelas mensais.

c) O disposto nas alíneas “a” e “b” deste parágrafo poderá ser objeto de negociação a depender da disponibilidade financeira da sociedade.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: O sócio em vida que desejar transferir suas cotas em sucessão poderá fazê-la seguindo o disposto no código civil Brasileiro, sendo obrigatório a comunicação a sociedade da intenção, que terá o prazo de 60 (sessenta dias) para análise pelo Conselho de Administração e submeter à Assembleia de sócios que dependerá da aprovação de $\frac{3}{4}$ (três quartos) dos sócios.

Parágrafo único: A admissão do sucessor seguirá o disposto no parágrafo primeiro da cláusula décima terceira.

CAPÍTULO VII DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: A sociedade será administrada pelos seguintes órgãos: Conselho de Administração e Diretoria Executiva.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: O conselho de administração será composto por 7 (sete) membros os quais serão eleitos por aprovação de 3/4 (três quartos) dos sócios em assembleia geral e por ela destituíveis a qualquer tempo, com mandato de 2 (dois) anos, permitida a reeleição.

Parágrafo primeiro: Dos 7 (sete) membros que irão compor o conselho de administração, obrigatoriamente 05 (cinco) dos eleitos devem ser sócios, sendo facultada a eleição de 02 (dois) não sócios, observadas as regras de eleição e destituição previstas no *caput* desta cláusula.

Parágrafo segundo: O processo de escolha e substituição do presidente do conselho será por maioria simples do próprio conselho, vedado a participação de não sócio.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: Compete ao Conselho de Administração, com votos que representem no mínimo a maioria simples, dos seus membros:

Parágrafo primeiro: Fixar a orientação geral dos negócios da sociedade e das sociedades controladas, inclusive definindo o(s) administrador(es).

Parágrafo segundo: Nomear ou destituir diretores, assim como aprovar a nomeação e constituição de terceiros como procuradores e fixar-lhes as atribuições.

Parágrafo terceiro: Fiscalizar a gestão dos Diretores, examinando, a qualquer tempo, os livros, arquivos digitais, documentos e papéis da sociedade, bem como solicitando informações sobre contratos celebrados ou em vias de celebração, e sobre quaisquer outros atos; a fiscalização e o exame aqui previstos serão efetuados, preferencialmente pelos auditores independentes da sociedade.

Parágrafo quarto: Convocar Reunião Geral de sócios, quando julgar conveniente.

Parágrafo quinto: Manifestar-se sobre o relatório e as contas da Diretoria Executiva, os quais serão aprovados com, no mínimo $\frac{3}{4}$ (três quartos) dos votos dos seus membros.

Parágrafo sexto: Manifestar-se, previamente, sobre atos que criem, modifiquem ou extingam direitos no âmbito da sociedade.

Parágrafo sétimo: Aprovar a indicação e a destituição de auditores independentes.

Parágrafo oitavo: Deliberar sobre a criação, transferência e extinção de unidades da sociedade em quaisquer Municípios do País ou do exterior, bem como sobre a nomeação de agentes e correspondentes tanto no País como no exterior.

Parágrafo nono: Decidir sobre atos cuja competência não esteja definida neste contrato e não seja exclusiva da Assembleia Geral de Sócios Quotistas.

Parágrafo décimo: Autorizar o penhor ou hipoteca de bens nas operações sociais, nas operações relacionadas ao objeto social da própria sociedade.

Parágrafo décimo primeiro: Autorizar a alienação ou aquisição de imóveis ou participações societárias.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: A reunião do Conselho de Administração deverá ser instalada com a presença de, no mínimo, 5 (cinco) conselheiros.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA: Na impossibilidade do Presidente representar a sociedade, o Conselho designará um ou mais de seus membros para representação.

CLÁUSULA VIGÉSIMA: O Conselho de Administração reunir-se-á sempre que os interesses sociais o exigirem, mediante convocação formalizada por qualquer um de seus conselheiros, entregue com antecedência de, pelo menos, 10 (dez) dias, exceto nos casos em que a urgência requerer.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA: O Conselho de Administração requisitará a presença às suas reuniões de qualquer Diretor ou funcionário da sociedade, sempre que o entender necessário.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA: Dos trabalhos das reuniões do Conselho de Administração será lavrada, em livro próprio, ata que conterá as assinaturas dos presentes e o resumo do que tiver sido deliberado.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA: Ao Conselho de Administração compete nomear, inclusive entre seus componentes, observada a disposição do parágrafo segundo da Cláusula Décima Segunda, aqueles que acumularão a

Diretoria Executiva, em cargos que desempenham sem prejuízo das suas funções normais.

CAPÍTULO VIII DA DIRETORIA EXECUTIVA

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA: A Diretoria Executiva será composta de 01 (um) Diretor Técnico, de 01 (um) Diretor Administrativo, 01 (um) Diretor Comercial eleitos pelo Conselho de Administração, com mandato de 2 (dois) anos, cujos candidatos poderão compor chapas livremente, permitida a reeleição.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA: Enquanto persistir a atual composição societária indicada na Cláusula Quinta, é assegurado aos atuais sócios assento permanente na Diretoria Executiva, sendo vedada qualquer espécie de sucessão do cargo por morte, invalidez ou retirada da sociedade.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA: Compete aos Diretores desempenhar as funções que lhes forem atribuídas pelo Conselho de Administração em reunião com ata levada a registro perante a JUCER-RO – Junta Comercial do Estado de Rondônia.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA: Compete ao Diretor Administrativo representar a sociedade.

CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA: A Diretoria Executiva se reveste de todos os poderes necessários à prática de atos que visem ao perfeito funcionamento da sociedade, devendo aqueles que lhe criem obrigações e responsabilidades, bem como aqueles que exonerem terceiros dessas mesmas responsabilidades e obrigações, ser assinados em conjunto por 3 (três) membros da Diretoria Executiva.

CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA: Em casos especiais, a sociedade poderá ser representada por um membro da Diretoria Executiva, também membro do Conselho de administração, isoladamente, ou por um procurador, devendo o respectivo instrumento, nesta hipótese, ser outorgado, obrigatoriamente, por $\frac{3}{4}$ (três quartos) dos membros do Conselho de Administração.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA: O depoimento em Juízo, em nome da sociedade, poderá ser prestado por qualquer dos membros da Diretoria Executiva, ou do Conselho de Administração, ou, ainda, por procurador especialmente constituído com poderes da cláusula "ad judicium et extra".

CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA: A Diretoria reunir-se-á sempre que os interesses da sociedade o exigirem, lavrando-se em livro próprio ata dos respectivos trabalhos, a qual conterá as assinaturas dos presentes e o resumo das deliberações da maioria presente.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA: As operações que envolvam a compra, venda ou oneração de bens imóveis da sociedade, ou direitos a eles relativos, somente terão eficácia se e quando aprovadas pelo Conselho de Administração e firmados os seus respectivos instrumentos.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA TERCEIRA: A citação, notificação ou intimação da sociedade, em quaisquer casos, somente serão válidas se e quando efetuadas nas pessoas de seus Diretores ou de seus Procuradores.

CAPÍTULO IX DO CONSELHO FISCAL

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUARTA: A sociedade possuirá conselho fiscal.

Parágrafo Primeiro: É instituído o Conselho Fiscal, que será composto de 03 (três) membros efetivos e 03 (três) suplentes, sócios ou não, residentes no País, e será instalado em assembleia-geral por aprovação da maioria simples dos sócios.

Parágrafo Segundo: Os membros do conselho fiscal e seus suplentes exercerão seus cargos até a primeira assembleia-geral ordinária que se realizar após a sua eleição, e poderão ser reeleitos.

Parágrafo Terceiro: É assegurado aos sócios minoritários, que representem pelo menos um quinto do capital social, o direito de eleger, separadamente, um dos membros do conselho fiscal e o respectivo suplente.

Parágrafo Quarto: Os membros ou suplentes eleitos, ficarão investidos nas suas funções após assinatura do termo de posse, lavrado no livro de atas e pareceres do conselho fiscal, e seus mandatos valerão até a subsequente assembleia anual.

Parágrafo Quinto: A mesma assembleia que eleger o conselho fiscal fixará sua remuneração.

Parágrafo Sexto: As atribuições do conselho fiscal compreendem os seguintes deveres:

a) examinar, pelo menos trimestralmente, os livros e papéis da sociedade e o estado do caixa e da carteira, devendo os administradores ou liquidantes prestar-lhes as informações solicitadas;

b) lavrar no livro de atas e pareceres do conselho fiscal o resultado dos exames referidos no item anterior;

c) registrar no mesmo livro e apresentar à assembleia anual dos sócios parecer sobre os negócios e as operações sociais do exercício em que servirem, tomando por base o balanço patrimonial e o de resultado econômico;

d) denunciar os erros, fraudes ou crimes que descobrirem, sugerindo providências úteis à sociedade;

e) convocar a assembleia dos sócios se a diretoria retardar por mais de trinta dias a sua convocação anual, ou sempre que ocorram motivos graves e urgentes;

f) praticar, durante o período da liquidação da sociedade, os atos a que se refere esta cláusula, tendo em vista as disposições especiais reguladoras da liquidação.

Parágrafo Sétimo: O Conselho Fiscal poderá escolher para assisti-lo no exame dos livros, dos balanços e das contas, contabilista legalmente habilitado, mediante remuneração aprovada pela assembleia dos sócios.

CAPÍTULO X DA INTERDIÇÃO DE SÓCIOS

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUINTA: Decretada por decisão irrecurável a interdição de algum sócio quotista, competirá ao Curador nomeado e compromissado representá-lo na administração de seus interesses, vedada, porém, a sua participação na gestão dos negócios da sociedade.

CAPÍTULO XI DA INSOLVÊNCIA DE SÓCIO

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEXTA: A insolvência de qualquer dos sócios quotistas, judicialmente declarada, acarretará a sua exclusão da sociedade, hipótese em que os seus haveres serão calculados, fixados e pagos no Juízo da insolvência nas mesmas condições previstas na Cláusula Décima Segunda.

Parágrafo único: Eventual recusa do sócio quotista declarado insolvente a se despedir voluntariamente da sociedade implicará na sua exclusão forçada pelos demais que representam $\frac{3}{4}$ (três quartos) do capital social, mediante alteração contratual por estes firmada e arquivada na JUCER-RO Junta Comercial do Estado de Rondônia.

CAPÍTULO XII DO DIREITO DE RECESSO

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SÉTIMA: Ao quotista que dissenter das deliberações da maioria das quotas de capital, fica assegurado o direito de se despedir da sociedade, hipótese em que os seus haveres serão calculados, fixados e pagos pelo modo previstos nos parágrafos primeiro e segundo da cláusula décima segunda.

CAPÍTULO XIII DA DISSOLUÇÃO E LIQUIDAÇÃO DA SOCIEDADE

CLÁUSULA TRIGÉSIMA OITAVA: A sociedade reputar-se-á dissolvida, entrando em liquidação quando ocorrer os casos previstos na lei.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA NONA: Na dissolução da sociedade os sócios nomearão entre si um liquidante que efetuará o levantamento do Balanço Patrimonial da Sociedade, efetuando, a liquidação do Ativo e do Passivo da mesma, pagando os sócios suas cotas de capital e os respectivos lucros, no caso de prejuízo, as mesmas serão suportadas pelos sócios na proporção de suas quotas de capital social.

Parágrafo primeiro: Faculta aos interessados, na falta de acordo, na apuração do patrimônio líquido da sociedade, para efeito de sua partilha socorrer-se de árbitros por eles indicados ou ingressar no Poder Judiciário com as medidas cabíveis, nesta ordem.

Parágrafo segundo: Concluídos os pagamentos, a sociedade será extinta, arquivando-se o competente instrumento na JUCER-RO Junta Comercial do Estado de Rondônia.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA: Todas as decisões a serem tomadas pela sociedade, em assuntos que digam interesse ou mediação da mesma, serão tomadas sempre em conjunto prevalecendo sempre à decisão que

possuir em que a quantidade de votos corresponderem à $\frac{3}{4}$ (três quartos) dos sócios, mediante lavratura de ata.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA PRIMEIRA: As deliberações dos sócios quanto à aprovação das contas da administração, designação de administradores, a destituição dos administradores, nomeação e destituição dos liquidantes e o julgamento de suas contas e o pedido de concordata, serão tomadas pelos votos correspondentes à, no mínimo, $\frac{3}{4}$ (três quartos) dos sócios.

Parágrafo único: As demais deliberações, previstas na lei ou no contrato social, serão tomadas por maioria de votos dos sócios.

CAPÍTULO XIV DA EXCLUSÃO DE SÓCIO

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEGUNDA: Entendendo a maioria dos sócios, que representem $\frac{3}{4}$ (três quartos) do capital, que um dos sócios tenha praticado atos de inegável gravidade, capaz de pôr em risco a continuidade dos negócios, poderão decidir por sua exclusão do quadro societário.

Parágrafo único: Deverá ser marcada com antecedência mínima de dez dias, uma reunião de diretoria especialmente para este fim, comunicando-se, por escrito, ao sócio que se pretende excluir, das razões aludidas, convocando-o a comparecer à reunião e realizar a sua defesa.

CAPÍTULO XV DA CONFIDENCIALIDADE

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA TERCEIRA: Todos os sócios obrigam-se, de forma expressa, que não irão, seja direta, seja indiretamente, divulgar ou transmitir as informações confidenciais de que venham a ter conhecimento ou acesso, em razão de serviços prestados pela sociedade empresária perante terceiros, e com quem o sócio tenha tido contato de qualquer natureza em decorrência do vínculo societário que existe, respondendo o sócio única e exclusivamente pelas perdas, danos e lucros cessantes a que der causa. Esta responsabilidade persistirá aos sócios dissidentes por 05 (cinco) anos, prazo este que será contado a partir da data do registro da saída do sócio.

CAPÍTULO XVI DAS DELIBERAÇÕES SOCIAIS

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUARTA: Todas e quaisquer deliberações sociais, sejam elas quais forem, serão sempre tomadas em “Assembleias de Quotistas” e somente serão eficazes em relação à sociedade se a decisão for aprovada por $\frac{3}{4}$ (três quartos) dos sócios.

Parágrafo primeiro: Fica vinculado a $\frac{1}{4}$ dos sócios, ao Conselho Fiscal e ao Conselho de Administração a convocação de Assembleia Geral Extraordinária, por escrito e com ciência inequívoca das partes, com no mínimo 10 (dez) dias de antecedência da que deliberará sobre um dos temas indicados no ato de convocação, devendo indicar a ordem do dia, a data, a hora e o local de realização.

Parágrafo segundo: A convocação para as assembleias ordinárias, seguirá as formalidades previstas na legislação vigente.

Parágrafo terceiro: As assembleias poderão ser realizadas de forma virtual por qualquer meio ou presencial, situação que deverá ser informada no ato de convocação.

Parágrafo quarto: Nenhuma matéria que não tenha sido previamente incluída na ordem do dia enviada às partes poderá ser objeto de deliberação em assembleia.

Parágrafo quinto: As partes ausentes poderão expressar suas opiniões e votar por qualquer meio escrito ou digital com assinatura eletrônica na forma da ICP Brasil, ou se fazer representar por procurador nomeado para este fim.

Parágrafo sexto: As assembleias serão conduzidas por uma mesa composta por um Presidente e um Secretário, escolhido entre os presentes.

Parágrafo sétimo: As assembleias serão dispensadas no caso de todas as partes decidirem por escrito sobre as matérias que nela seriam discutidas.

Parágrafo oitavo: Todas as deliberações tomadas em assembleias deverão ser registradas em atas impressas ou digitais, as quais serão assinadas por todas as partes.

CAPÍTULO XVII DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUINTA: É terminantemente proibida a aquisição pela sociedade e pelas suas controladas, de bens móveis e imóveis para uso particular dos sócios e administradores.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEXTA: Em qualquer hipótese o peso de cada voto será o equivalente ao total de sócios dividido pelo número de quotas. (Art. 1010 do NCC).

Parágrafo primeiro: O sócio titular de cota de determinado valor que não atingir o peso de voto, poderá unir-se a cada proposição em votação a outro sócio para formação do voto. (§ 2º do Art. 1010 do NCC).

Parágrafo segundo: É expressamente vedado o fracionamento do valor da quota em favor de duas ou mais proposições.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SÉTIMA: Fica eleito o Foro de Ji-Paraná, Estado de Rondônia, para dirimir quaisquer dúvidas e divergências sociais oriundas deste contrato renunciando-se a qualquer outro por mais privilegiado que seja, mesmo em caso de falecimento dos sócios, entre seus herdeiros e os remanescentes, no caso de liquidação ou dissolução da sociedade, para qualquer ação judicial ou extrajudicial, fundada neste contrato.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA OITAVA: Os sócios acima qualificados declaram não estarem incurso em nenhum dos crimes previstos em lei, que os impeçam de exercer atividades mercantis.

E, por se acharem em perfeito acordo, em tudo quanto neste instrumento particular foi lavrado, obrigam-se a cumprir o presente assinando-o em 01 (uma) via destinadas à Registro e Arquivamento na Junta Comercial do Estado de Rondônia.

Ji-Paraná/RO, 23 de junho de 2022.

ALESSANDRO PIOVEZAN ARAGON

JEAN CARLOS JOSE DUARTE

SONIA SADEMA SILVEIRA

MARLON SAMUEL GONÇALVES

AMS PARTICIPAÇÕES LTDA

Representado por: ADEMIR MENDES SANTIAGO

JOSENILTON LOPES DE ARRUDA

SIRLENE FERNANDES CANGUSSU ARRUDA

SERGIO CRESCENCIO DE BARROS

RODNEI PERES DE OLIVEIRA

ATILA SANGE JUNIOR

MARCELLO RAIMUNDO DA SILVA

WESLEY MAGALHÃES DE OLIVEIRA

FABIANO JEAN SILVA

BRD DIGITAL PARTICIPACOES LTDA
Representado por: MIRIAN BELEZA MATIAS

HUGO SILVA GALVES

FABIANO ROBERTO CORREA DE FREITAS

ADEILDO FERREIRA DA SILVA

EDSON MARCELINO SILVA

LEONIDAS MARCELINO DA SILVA

NELSON GUERRA DA SILVA



ASSINATURA ELETRÔNICA

Certificamos que o ato da empresa NBS SERVICOS DE COMUNICACOES LTDA consta assinado digitalmente por:

IDENTIFICAÇÃO DO(S) ASSINANTE(S)	
CPF/CNPJ	Nome
22103341287	MARCELLO RAIMUNDO DA SILVA
27189830278	JOSENILTON LOPES DE ARRUDA
32671105215	HUGO SILVA GALVES
39024555272	FABIANO ROBERTO CORREA DE FREITAS
42186390272	ALESSANDRO PIOVEZAN ARAGON
42186714272	JEAN CARLOS JOSE DUARTE
57199574215	ADEMIR MENDES SANTIAGO
59564229200	SIRLENE FERNANDES CANGUSSU ARRUDA
60497823268	ADEILDO FERREIRA DA SILVA
62598333934	SONIA SADEMA SILVEIRA
64611710297	FABIANO JEAN SILVA
64905594200	EDSON MARCELINO SILVA
66391962200	RODNEI PERES DE OLIVEIRA
71649700253	LEONIDAS MARCELINO DA SILVA
77419049220	ATILA SANGE JUNIOR



ASSINATURA ELETRÔNICA

Certificamos que o ato da empresa NBS SERVICOS DE COMUNICACOES LTDA consta assinado digitalmente por:

IDENTIFICAÇÃO DO(S) ASSINANTE(S)	
CPF/CNPJ	Nome
80529933268	MIRIAN BELEZA MATIAS
84213981215	MARLON SAMUEL GONCALVES
84780282268	SERGIO CRESCENCIO DE BARROS
87836416291	Wesley Magalhaes de Oliveira
96582812220	NELSON GUERRA DA SILVA



CERTIFICO O REGISTRO EM 27/06/2022 13:37 SOB Nº 20220307555.
PROTOCOLO: 220307555 DE 27/06/2022.
CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 12208196010. CNPJ DA SEDE: 26824572000189.
NIRE: 11200680071. COM EFEITOS DO REGISTRO EM: 23/06/2022.
NBS SERVICOS DE COMUNICACOES LTDA

LEILSON COSTA DE SOUZA
SECRETÁRIO-GERAL
www.empresafacil.ro.gov.br